

Relatório CDU 2005



Câmara dos
Deputados

Comissão de
Desenvolvimento
Urbano

Sumário

A CDU-----	03
Mensagem do Presidente --	04
Composição 2005 -----	05
Movimentação Parlamentar -----	08
Produção Legislativa -----	09
Atividades Administrativas -----	09

Principais Proposições de 2005

- Parcelamento do Solo e Regularização Fundiária -----	10
- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social -----	11
- Outras Proposições Aprovadas -----	11
- Apoio a Comissão Especial sobre a Política Nacional de Saneamento Ambiental -----	13

Eventos e Atividades de Comunicação

- Audiências Públicas -----	15
-Seminário Internacional Legislação e Gestão Urbana -----	19
- VI Conferência das Cidades -----	19
- Site CDU -----	20
- Galeria dos Urbanistas -----	20
- Concurso Público Selo Cidade Cidadã -----	21
- Radionovela Cidade Legal -----	21
- Atividades Jornalísticas e Assessoria de Imprensa -----	22

A CDU

Criada pela Resolução nº 4, de 1985, e ratificada pelas Resoluções nºs 25, de 1993, e 20 de 2004, a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados examina as proposições legislativas relacionadas ao desenvolvimento urbano no Brasil e suas matérias correlatas - como uso, parcelamento e ocupação do solo das cidades; habitação e seu sistema financeiro; infra-estrutura e saneamento ambiental; trânsito e transportes públicos urbanos; e coleta de lixo e resíduos sólidos.

Mensagem do Presidente

Ao assumir a presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano, para a gestão de 2005, percebi o valoroso desafio a ser enfrentado, face a complexidade e importância da temática peculiar a este órgão técnico.

De início, mantivemos a agenda tradicional, anualmente cumprida com muita competência por aqueles que me antecederam, e, aos poucos, busquei, com a participação dos nobres pares, ampliar minha contribuição a partir da implementação de profícuas idéias e projetos destinados à melhoria das condições de vida das cidades brasileiras.

Além das reuniões ordinárias semanais e das audiências públicas realizadas, outros tantos encontros informais com Deputados, Ministros, assessores e representantes de entidades da sociedade civil foram se desenhando ao longo do ano, demonstrando o caráter democrático do Colegiado da Comissão e buscando, por meio da constante interação com todos os setores interessados, solucionar ou, ao menos, amenizar os problemas urbanos mais urgentes.

Dessa forma conseguimos aprovar importantes projetos como, por exemplo, o *PL nº 3.057/2000*, de relatoria do Deputado Barbosa Neto, que “trata da regularização fundiária e do parcelamento do solo”, por unanimidade, após 6 anos de permanência da proposição em nossa Comissão.

Mantendo a linha de aproximação e contato direto com os diversos setores da sociedade, realizamos dois grandes eventos: o *Primeiro Seminário Internacional de Legislação e Gestão Urbana* e a *VI Conferência das Cidades*, que foram marcados pelo alto nível de suas palestras e pelo número recorde de participantes em eventos nessa Casa Legislativa.

Dentre as inovações podemos destacar a criação da *Galeria Lúcio Costa*, que homenageia os maiores urbanistas brasileiros; a criação do *novo portal eletrônico da Comissão*, que possibilita a participação integrada de seu público através de fóruns; e da implantação do *concurso “Selo Cidade Cidadã”*, que, nesta primeira edição, premiou os municípios que se destacaram na implementação de políticas habitacionais.

Concluo minha gestão mais experiente e convicto de que os novos desafios e projetos poderão ser continuados e aperfeiçoados por meus sucessores, se assim desejarem.

Deixo a Presidência desta Comissão na certeza de que todos nós, membros da Comissão de Desenvolvimento Urbano, e a sociedade em geral, representada por entidades de classe, fóruns, movimentos populares e o poder público, cumprimos meritoriamente a nobre jornada rumo à construção de cidades mais justas, democráticas e que ofereçam melhor qualidade de vida para o povo brasileiro.

Deputado Julio Lopes

Corpo CDU



Presidente

Deputado Julio Lopes - PP/RJ

Gabinete 334 - Anexo IV

Telefone (61) 3215-5334

Fax: (61) 3215-2334

E-mail: dep.juliolopes@camara.gov.br

1º Vice-Presidente

Deputado Fábio Souto - PFL/BA

Gabinete 827 - Anexo IV

Telefone (61) 3215-5827

Fax: (61) 3215-2827

E-mail: dep.fabiosouto@camara.gov.br



2º Vice-Presidente

Deputado Colbert Martins- PPS/BA

Gabinete 319 - Anexo IV

Telefone (61) 3215-5319

Fax: (61) 3215-2319

E-mail: dep.colbertmartins@camara.gov.br

3º Vice-Presidente

Deputado Jaime Martins - PFL/BA

Gabinete 333 - Anexo IV

Telefone (61) 3215-533

Fax: (61) 3215-2333

E-mail: dep.jaimemartins@camara.gov.br



Titulares

Deputado Alexandre Santos - PMDB/RJ
Gabinete 331 - Anexo IV
Telefone (61) 3215-5331
Fax: (61) 3215-2331
E-mail: dep.alexandresantos@camara.gov.br



Deputado Custódio Mattos - PSDB/MG
Gabinete 417 - Anexo IV
Telefone (61) 3215-5417
Fax: (61) 3215-2417
E-mail: dep.custodiomattos@camara.gov.br

Deputado Barbosa Neto - PSB/GO
Gabinete 736 - Anexo IV
Telefone (61) 3215-5736
Fax: (61) 3215-2736
E-mail: dep.barbosaneto@camara.gov.br



Deputado Inácio Arruda - PCdoB/CE
Gabinete 582 - Anexo IV
Telefone (61) 3215-5582
Fax: (61) 3215-2582
E-mail: dep.inacioarruda@camara.gov.br

Deputado Paulo Gouvêa - PL/RS
Gabinete 641 - Anexo IV
Telefone (61) 3215-5641
Fax: (61) 3215-2641
E-mail: dep.paulogouvea@camara.gov.br



Deputado João Magno PT/MG
Gabinete 283 - Anexo IV
Telefone (61) 3215-5283
Fax: (61) 3215-2283
E-mail: dep.joaomagno@camara.gov.br

Deputado Jackson Barreto - PTB/SE
Gabinete 733 - Anexo IV
Telefone (61) 3215-5733
Fax: (61) 3215-2733
E-mail: dep.jacksonbarreto@camara.gov.br



Deputado Marinha Raupp - PMDB/RO
Gabinete 614 - Anexo IV
Telefone (61) 3215-5614
Fax: (61) 3215-2614
E-mail: dep.marinharaupp@camara.gov.br

Deputada Maria do Carmo Lara - PT/MG
Gabinete 373 - Anexo IV
Telefone (61) 3215-5373
Fax: (61) 3215-2373
E-mail: dep.mariadocarmolara@camara.gov.br



Deputado Pedro Fernandes - PTB/MA
Gabinete 814 - Anexo IV
Telefone (61) 3215-5814
Fax: (61) 3215-2814
E-mail: dep.pedrofernandes@camara.gov.br

Deputado Elimar Máximo Damasceno - PRONA
Gabinete 446 - Anexo IV
Telefone (61) 3215-5446
Fax: (61) 3215-2446
E-mail: dep.elimarmaximodamasceno@camara.gov.br



Deputado Zezéu Ribeiro - PT/BA
Gabinete - Anexo IV
Telefone (61) 3215-5
Fax: (61) 3215-2
E-mail: dep.zezeurbeiro@camara.gov.br

Suplentes

Roberto Gouveia PT/SP
Terezinha Fernandes PT/MA
Vitorassi PT/PR
Zé Gerardo PMDB/CE
Nice Lobão Bloco PFL-PRONA/MA

Domiciano Cabral PSDB/PB
Gustavo Fruet PSDB/PR
Darci Coelho PP/TO
Mário Negromonte PP/BA
José Chaves PTB/PE

Pastor Frankembergen PTB/RR
Silas Câmara PTB/AM
Chico da Princesa PL/PR
Jorge Gomes PSB/PE
Milton Barbosa PSC/BA

Equipe de apoio

Secretário da Comissão:

Romulo Mesquita.

Assessores Legislativos:

Alexandre Varella;
Cristiane Macedo;
Elizabeth Santos;
Gilson Araújo;
Rubens Ribeiro.

Assessores Administrativos:

Eloneide Sampaio;
Francisco Queiróz;
Francisco Silva;
Maryela Barros
Renata Aranha.

Assessores de Comunicação:

Aluizio Hamann;
Mariana Samor;
Ricardo Modesto.

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, Sala 188 - CEP: 70.160-900- Brasília - DF
Telefones: (61) 3216-6551 / 6552 / 6553 / 6654 / 6655 6556 Fax: (61) 3216-6560
cdu.decom@camara.gov.br

Movimentação Parlamentar em 2005

Indicado pelo	Condição	Nome Parlamentar	Partido	UF	Entrada	Saída
PL	S	SILAS CÂMARA	PTB	AM	02/03/05	
PP	S	MÁRIO NEGROMONTE	PP	BA	02/03/05	
PT	T	ZEZÉU RIBEIRO	PT	BA	02/03/05	
PPS	T	COLBERT MARTINS	PPS	BA	02/03/05	
Bloco PFL, PRONA	S	MILTON BARBOSA	PSC	BA	02/03/05	
Bloco PFL, PRONA	T	FÁBIO SOUTO	PFL	BA	02/03/05	
PMDB	S	ZÉ GERARDO	PMDB	CE	02/03/05	
PMDB	T	INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	02/03/05	
PSB	T	BARBOSA NETO	PSB	GO	02/03/05	
PT	S	TEREZINHA FERNANDES	PT	MA	02/03/05	
Bloco PFL, PRONA	S	NICE LOBÃO	PFL	MA	02/03/05	
PTB	T	PEDRO FERNANDES	PTB	MA	02/03/05	
PT	T	MARIA DO CARMO LARA	PT	MG	02/03/05	
PT	T	JOÃO MAGNO	PT	MG	02/03/05	
PL	T	JAIME MARTINS	PL	MG	02/03/05	
PSDB	T	CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG	02/03/05	
PSDB	S	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	02/03/05	
PTB	S	JOSÉ CHAVES	PTB	PE	02/03/05	
PSB	S	JORGE GOMES	PSB	PE	02/06/05	
PT	S	VITORASSI	PT	PR	13/04/05	
PSDB	S	GUSTAVO FRUET	PSDB	PR	02/03/05	
PL	S	CHICO DA PRINCESA	PL	PR	02/03/05	
PP	T	JULIO LOPES	PP	RJ	02/03/05	
PMDB	T	ALEXANDRE SANTOS	PMDB	RJ	02/03/05	
PMDB	T	MARINHA RAUPP	PMDB	RO	02/03/05	
PTB	S	PASTOR FRANKEMBERGEN	PTB	RR	02/03/05	
PP	T	AUGUSTO NARDES	PP	RS	02/03/05	20/09/05
PP	T	AFONSO HAMM	PP	RS	04/10/05	24/11/05
PP	T	AFONSO HAMM	PP	RS	29/11/05	
PL	T	PAULO GOUVÊA	PL	RS	02/03/05	
PTB	T	JACKSON BARRETO	PTB	SE	02/03/05	
PT	S	ROBERTO GOUVEIA	PT	SP	02/03/05	
PT	S	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP	02/03/05	13/04/05
Bloco PFL, PRONA	T	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP	02/03/05	04/10/05
PP	S	DARCI COELHO	PP	TO	02/03/05	
PSDB	T	ANA ALENCAR	PSDB	TO	18/03/05	04/07/05

Produção Legislativa

Atividade	Total
Reuniões Realizadas (entre 2/3/2005 e 14/12/2005)	40
Reuniões Deliberativas Ordinárias	27
Proposições Apreciadas	34
Proposições Aprovadas	15
Proposições Rejeitadas	19
Emendas Apresentadas a LDO/2005	05
Emendas Apresentadas à Lei Orçamentária 2005	05
Emendas Apresentadas ao PPA/2005	04
Audiências Públicas	08
Grandes Eventos	03
Solenidades	02
Publicações Originadas na Comissão	02
Número de Proposições Distribuídas	51
Audiências Públicas Canceladas	03

Atividades Administrativas

Tipo de Comunicação	Total
Ofícios do Presidente Expedidos	503
Ofícios do Presidente Recebidos	207
Ofícios do Secretário Expedidos	275
Ofícios do Secretário Recebidos	10
Memorandos Expedidos	52
Memorandos Recebidos	34
Cartas e material gráfico expedido	32.140
Requisições	182
Passagens Aéreas e Hospedagens Recebidas	18

Principais proposições

Parcelamento do Solo e Regularização Fundiária

PL-3057/2000 BISPO WANDERVAL - Inclui § 2º no art. 41, da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como parágrafo 1º o atual parágrafo único.

Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Barbosa Neto (PSB-GO), pela aprovação deste, dos Projetos de Lei nºs 5.894/2001, 6.220/2002, 754/2003, 2454/2003 e das emendas apresentadas ao Substitutivo nºs 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11, 14, 15, 19, 20, 21, 23 e 25, na forma do Substitutivo apresentado; e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 5.499/2001, 6.180/2002, 7363/2002, 550/2003, 1.001/2003, 2.699/2003, 3.403/2004, 5.760/2005 e 6.020/2005, e das emendas apresentadas ao Substitutivo nºs 01, 02, 09, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 22 e 24. Em 30/11/05.

Até o Estatuto da Cidade, a Lei 6.766/79, que traz normas gerais que regulam a implantação de loteamentos e desmembramentos, constituía praticamente o único diploma legal com diretrizes da União no campo do direito urbanístico. Não obstante essa lei ter sido objeto de alguns ajustes pontuais em 1999, considera-se que ela se encontra hoje desatualizada e carente de complementações.

A Câmara dos Deputados, já há alguns anos, vem debatendo o conteúdo da nova Lei do Parcelamento Urbano. Foram realizadas várias audiências públicas e inúmeras reuniões de negociação com representantes dos diferentes órgãos governamentais e setores da iniciativa privada afetos à questão - Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente, registradores públicos, acadêmicos, construtores e incorporadores imobiliários, e movimento popular -, tendo em vista identificar as principais deficiências da legislação hoje em vigor e propor soluções.

Outra demanda inserida no PL 3.057/00 e seus apensos é a regularização fundiária, já que a implementação de iniciativas nesse sentido, em regra, envolvem procedimentos relacionados ao parcelamento do solo. A maior parte das cidades brasileiras tem parcela relevante de sua área ocupada de forma irregular, por assentamentos precários desprovidos de infra-estrutura e de equipamentos urbanos, muitas vezes situados em áreas de risco. Os dados do IBGE revelam a presença de assentamentos irregulares em praticamente a totalidade das cidades com mais de 500.000 habitantes. O acesso à terra regularizada e urbanizada está distante de muitos brasileiros pertencentes às camadas mais carentes da população. O direito à cidade ainda é para eles uma utopia.

O Substitutivo ao PL 3.057, aprovado pela CDU, regula não apenas os loteamentos e desmembramentos, mas também os chamados condomínios urbanísticos e as questões de parcelamento do solo associadas às iniciativas de regularização fundiária. Estabelece, assim, as normas gerais que viabilizam a implementação de iniciativas de regularização fundiária. Para isso, foi desenvolvido um arcabouço jurídico básico sobre o tema, que incluiu desde tratamento específico em termos de exigências urbanísticas e ambientais, até simplificação de procedimentos licenciatórios e de registros públicos.

Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

PROJETO DE LEI Nº 2.710/92 - do Sr. NILMARIO MIRANDA - que “cria o fundo nacional de moradia popular - fnmp, e o conselho nacional de moradia - cnmp, e da outras providencias.” (Apensados: PL 1064/1995, PL 1911/1999, PL 4212/1993 e PL 4831/1994)

RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste, com emenda, do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, com subemenda, e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação; pela inconstitucionalidade do PL-1064/1995, do PL-1911/1999, do PL-4212/1993, e do PL-4831/1994, apensados; e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação e rejeição deste e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior.

Após 13 anos de luta, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei de iniciativa popular que gerou a Lei 11.124/05, que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Os membros da CDU acompanharam toda tramitação da proposição, facilitando e acelerando seu trâmite.

O novo sistema criado objetiva viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável, implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo o acesso à habitação voltada à população de menor renda, e articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

Pretende-se romper com o problema histórico de incapacidade de os programas governamentais no setor atingirem a camada da população realmente carente, na qual se concentra a maior parte do déficit habitacional. Como as fontes de recursos tradicionais para habitação são onerosas, há sempre dificuldades de contemplar a população de menor renda, que necessita de subsídios governamentais diretos. O novo sistema criado intenta enfrentar essa situação: atender os excluídos dos sistemas formais de financiamento habitacional. Após a aprovação da nova lei, cabe agora ao movimento social e também ao Legislativo acompanhar sua implementação e exigir que ela ocorra de forma correta e eficaz. Deve ser sempre lembrado que o direito social à moradia é assegurado explicitamente pela Constituição Federal.

Outras Proposições Aprovadas na CDU em 2005:

PL-1370/2003 INÁCIO ARRUDA - Institui o “Selo Estatuto da Cidade”, com o objetivo de impulsionar a implementação das ações e diretrizes contidas na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”.

Parecer Reformulado, Dep. Paulo Gouvêa (PL-RS), pela aprovação, com emendas..
Parecer Reformulado, Dep. Paulo Gouvêa (PL-RS), pela aprovação, com emendas. Em 09/03/05.

PL-3777/2004 CARLOS NADER - “Dispõe sobre a proibição da energização de cercas ligadas diretamente da rede elétrica”.

Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Ary Vanazzi (PT-RS), pela aprovação. Em 16/03/05.

PL-3069/2004 GERALDO RESENDE - Dispõe sobre atendimento diferenciado à mulher chefe de família nos programas habitacionais populares, e dá outras providências.

Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Zezéu Ribeiro (PT-BA), pela aprovação, com substitutivo. Em 23/03/05.

PL-1249/2003 CARLOS NADER - Torna obrigatório a construção de prédios destinados ao ensino fundamental e de praças de esporte nos conjuntos habitacionais construídos para população de baixa renda.

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Pastor Frankembergen (PTB-RR), pela aprovação deste, da EMC 1/2003 CDUI, do PL 1466/2003, do PL 4216/2004, e do PL 4930/2005, apensados, com substitutivo.. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Pastor Frankembergen (PTB-RR), pela aprovação deste, da EMC 1/2003 CDUI, do PL 1466/2003, do PL 4216/2004, e do PL 4930/2005, apensados, com substitutivo. Em 13/04/05.

PL-3540/2004 RAIMUNDO SANTOS - Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de avisos nas portas externas dos elevadores instalados nas edificações públicas e particulares.

Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Inácio Arruda (PCdoB-CE), pela aprovação, com emenda. Em 11/05/05.

PL-1046/2003 JORGE ALBERTO - Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de definir o conceito de investimento em habitação popular e dá outras providências.

Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Inácio Arruda (PCdoB-CE), pela aprovação deste, e da EMC 1/2003 CDUI. Em 01/06/05.

PL-3424/2004 MOREIRA FRANCO - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, para dispor sobre o Estudo de Impacto Ambiental.

Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Gustavo Fruet (PSDB-PR), pela aprovação, com substitutivo. Em 08/06/05.

PL-4537/2004 CARLOS NADER - “Dispõe sobre a obrigatoriedade de cinemas, teatros e estabelecimentos noturnos com sonorização eletrônica e ao vivo, terem luz de emergência e gerador de energia elétrica.”

Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. João Magno (PT-MG), pela aprovação, com substitutivo. Em 08/06/05.

PL-2812/2003 SENADO FEDERAL - JEFFERSON PERES - Estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Zezéu Ribeiro (PT-BA), pela aprovação, com emendas. Em 15/06/05.

PL-207/1999 ALBERTO FRAGA - Estabelece as condições de quitação do financiamento da casa própria ao término do contrato.

Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Maria do Carmo Lara (PT-MG), pela aprovação deste, do PL 2172/1999, do PL 2475/2000, do PL 2764/2000, e do PL 4531/2004, apensados, e da Emenda nº 1, com substitutivo, e pela rejeição do PL 3735/2004, apensado, e da Emenda nº 2. Em

03/08/05.

PL-5399/2001 SILAS BRASILEIRO - Dispõe sobre a instalação de dispositivo de alarme em esteiras e escadas rolantes destinadas ao transporte de passageiros em todo o País.

Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Alexandre Santos (PMDB-RJ), pela aprovação. Em 03/08/05.

PL-2658/2003 JOÃO CASTELO - Dispõe sobre a concessão de uso especial para fins de moradia prevista pelo § 1º do art. 183 da Constituição Federal e dá outras providências

Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Custódio Mattos (PSDB-MG), pela aprovação, com emendas. Em 03/08/05.

PL-3448/2004 SILAS CÂMARA - Assegura às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida percentual mínimo das unidades residenciais produzidas em programas habitacionais financiados com recursos públicos.

Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Fábio Souto (PFL-BA), pela aprovação deste, do Substitutivo 1 da CSSF, do PL 3775/2004, e do PL 3989/2004, apensados, com emendas. Em 07/12/05.

PL-4536/2004 CARLOS NADER - “Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem construídas rampas de acesso nos estabelecimentos de ensino da rede pública e particular, destinados ao ingresso de pessoas portadoras de deficiências nas respectivas dependências.”

Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Marinha Raupp (PMDB-RO), pela aprovação. Em 14/12/05.

Apoio à Comissão Especial sobre a Política Nacional de Saneamento Ambiental

Proposição: [PL-1144/2003](#)

Autor: [Maria do Carmo Lara - PT /MG](#)

Data de Apresentação: 29/05/2003

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

Situação: PL114403: Aguardando análise de prazo recursal.

Ementa: Institui a Política Nacional de Saneamento Ambiental, define diretrizes para a prestação dos serviços públicos de água e esgoto, e dá outras providências.

Despacho:

3/6/2005 - À Comissão de Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.144, de 2003, da Senhora Maria do Carmo Lara, que “institui a Política Nacional de Saneamento Ambiental, define diretrizes para a prestação dos serviços públicos de água e esgoto, e dá outras providências”. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Prioridade

Apensados:

[PL 1772/2003](#) - [PL 2627/2003](#) - [PL 4092/2004](#) - [PL 5296/2005](#) - [PL 5578/2005](#)

No mês de julho, foi instalada a Comissão Especial que Institui Diretrizes para a prestação dos serviços públicos da água e esgoto. O projeto de autoria da Deputada Maria do Carmo Lara (PT-MG) prevê alcançar níveis crescentes para melhoria das condições de saúde da população brasileira. O relator do PL 5.296 de 2005, encaminhado pelo poder Executivo, Deputado Julio Lopes (PP-RJ), relaizou audiência pública em junho de 2005 para avaliar as questões fundamentais do projeto. Com 862 emendas, o projeto passará por uma formatação até o final de setembro. O Deputado Colbert Martins, Presidente da Comissão Especial, a Deputada Maria do Carmo Lara, o Deputado Inácio Arruda e o Deputado Julio Lopes estiveram, no final de junho, com o Ministro Nelson Jobim, Presidente do STF para agilizar a votação da ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), com o objetivo de definir questões sobre a titularidade previstas no projeto.

O Deputado Julio Lopes (PP-RJ), relator designado pela Comissão Especial criada para apreciar o projeto de lei nº 1.144 de 2003, da Deputada Maria do Carmo Lara (PT-MG), ao qual estão apensadas outras cinco proposições, entre elas está o PL 5.296 de 2005, do Executivo e os demais projetos que instituem a política nacional da saneamento básico no País, apresentou parecer preliminar em entrevista coletiva realizada no dia 14 de dezembro do corrente.

O Sr. Deputado Julio Lopes disse que o parecer preliminar apresentado por ele é a construção do possível, para garantir um mínimo de regulação e um grande avanço no sistema de saneamento do Brasil, com benefício para 50 milhões de pessoas. Com a regulação, o capital externo e sobretudo o nacional podem começar a serem investidos em saneamento.

O relatório terá que ser votado na Comissão Especial para depois passar pelo Plenário da Câmara e pelo Senado.

Decurso de Prazo na Comissão

Sigla	Nº	Ano	Regime	Entrada	Decurso em Sessões
PL	1226	1995	Ordinária	25/10/2005	22
PL	1640	1996	Ordinária	25/10/2005	22
PFC	17	1999	Ordinária	23/09/1999	965
PL	1733	2003	Ordinária	25/10/2005	22
PL	1905	2003	Prioridade	23/09/2003	376
PL	1940	1996	Ordinária	25/10/2005	22
PL	2865	2004	Prioridade	02/02/2004	324
PL	3186	2004	Ordinária	27/10/2004	196
PL	332	2003	Ordinária	25/10/2005	22
PL	3460	2004	Ordinária	25/05/2004	272
PL	3702	2004	Ordinária	21/06/2004	257
PL	4365	2004	Ordinária	25/10/2005	22
PL	4503	2004	Ordinária	02/12/2004	177
PL	4602	2004	Ordinária	28/12/2004	171
PL	4748	2005	Prioridade	02/03/2005	162
PL	4950	2005	Ordinária	01/04/2005	142
PL	4998	2005	Ordinária	15/04/2005	133
PL	5107	2005	Ordinária	09/05/2005	120
PL	5546	2005	Ordinária	20/07/2005	81
PL	5670	2005	Prioridade	12/08/2005	65
PL	5699	2005	Ordinária	26/08/2005	56
PL	5787	2005	Ordinária	31/08/2005	53
PL	5892	2005	Ordinária	14/10/2005	27
PL	5901	2005	Prioridade	13/10/2005	27
PL	6058	2005	Ordinária	07/11/2005	18
PL	713	2003	Ordinária	27/10/2005	21
PL	7265	2002	Prioridade	15/04/2003	448
PL	7497	2002	Prioridade	16/05/2005	117
PL	848	2003	Ordinária	21/05/2003	427
PL	884	2003	Ordinária	19/05/2003	429
PL	889	2003	Ordinária	19/05/2003	429

Eventos e Atividades de Comunicação

Audiências Públicas

1) “O problema da Violência Pública e Infra-Estrutura Urbana na capital federal e entorno de Brasília”

DATA: 07/04/05

PARTICIPANTES:

- Deputado Barbosa Neto - membro da CDU e autor do requerimento da realização desta Audiência.
- Luiz Fernando Corrêa - Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça;
- Professor Benny Shasberg - Diretor de Planejamento Urbano da Secretaria de Programas Urbanos do Ministério das Cidades;
- Dirceu Ferreira de Araujo - Secretário do Entorno do Estado de Goiás;
- Paulo Roriz - representante do Secretário do Entorno do Distrito Federal;
- Ricardo Antunes Tobias - representante da Associação de Municípios Adjacentes à Brasília(AMAB);
- General Athos Costa de Faria - Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

OBJETIVO: Demonstrar que a questão da violência deve ser abordada de forma integrada com o ordenamento metropolitano e que é um desafio desenvolver um plano metropolitano para a Capital Federal e seu entorno.

PÚBLICO-ALVO: Secretários Regionais de Administração; Prefeitos de cidades vizinhas; servidores das Secretarias do GDF e do Governo de Goiás.

RESULTADOS: a questão da violência pública é uma consequência, em parte, da ausência de investimentos em áreas fundamentais para o desenvolvimento humano; necessidade de uma intervenção da Comissão de Desenvolvimento Urbano junto aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o intuito de solicitar o descontingenciamento de recursos, bem como, ao Ministério das Cidades, no sentido de que haja alocação de recursos para o planejamento urbano de toda a região; urgência em unir esforços para concretizar ações, combatendo as causas dos problemas.

2) “Regularização Fundiária, com enfoque nos Programas-Piloto nas comunidades da Rocinha e Vidigal, da Cidade do Rio de Janeiro”

DATA: 12/05/05

PARTICIPANTES:

- Deputado Julio Lopes - Presidente da CDU e autor do requerimento da realização desta Audiência.
- Raquel Rolnik - Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades;
- Djalma Paes - Representante da Frente Nacional de Prefeitos;
- Isolda Maria Rocha Leitão - Gerente de Regularização Fundiária da Diagonal Comunicação Social;
- Raul Graça Couto Pinho - Consultor de Vendas Empresariais da Empresa Tigre;
- Lair Alberto Soares Krahenbuhl - Presidente da Comissão da Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CII/CBIC) e Vice-Presidente do SECOVI-SP (Sindicato da Habitação);
- Larry Richard Stuber - Diretor da Herjack Engenharia;
- Pedro Augusto Machado Cortez-Conselho Curador do FGTS; e
- Helzio Mascarenhas - do SECOVI

OBJETIVO: Demonstrar a necessidade da feitura da Regularização Fundiária naquelas favelas do Rio de Janeiro, dada a grande especulação imobiliária existente na região.

PÚBLICO-ALVO: Gestores municipais, prefeitos, sindicatos ligados à área da construção civil, servidores do Ministério das Cidades.

RESULTADOS: urgência da regularização fundiária dos municípios visando a adequação à legislação sobretudo ao Estatuto das Cidades, que especificou uma data limite para a feitura dos Planos Diretores.

3) “Diretrizes Nacionais do Saneamento Ambiental”

DATA: 28/06/05

PARTICIPANTES:

- Deputado Julio Lopes, Presidente da CDU e autor do requerimento da realização desta Audiência;
- Abelardo de Oliveira Filho - Secretário Nacional de Saneamento Ambiental;
- Frederico Antunes - Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Saneamento;
- Paulo Ziulkoski - Presidente da Confederação Nacional dos Municípios - CNM;
- Vitor Fernando Bertini - Presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais - AESBE;
- Mário Amaro da Silveira - Diretor Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto - ABCON;
- Silvano Silvério da Costa da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE;
- Djalma Paes, representante da Frente Nacional dos Prefeitos;
- Orlando Júnior - Diretor da FASE, vinculado ao Fórum Nacional de Reforma Urbana;
- Newton Azevedo - Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base - ABDIB; e
- Eduardo Castagnari - Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - ABRELPE.

OBJETIVO: discutir as propostas sobre Saneamento Ambiental, sobretudo a proposição apresentada pelo Governo Federal, a saber, o Projeto de Lei nº 5.296/2005

PÚBLICO-ALVO: Prefeitos Municipais, gestores de saneamento dos municípios, empresas privadas ligadas a esse setor, Ministério das Cidades.

RESULTADOS: concordância dos setores da sociedade em se trabalhar numa perspectiva de universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento, ou seja, a garantia de que todo cidadão brasileiro possa ter acesso à água potável de qualidade e a vida e um meio ambiente saudável.

4) “Revisão da lei de parcelamento do solo urbano e regularização fundiária - Lei Federal nº 6.766/79”

DATA: 18/10/05

PARTICIPANTES:

- Deputado Barbosa Neto, Relator do PL nº 3.057/2000 e autor do requerimento da realização desta Audiência; e
- Celso Santos Carvalho, Diretor do Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos da Secretaria Nacional de Programas Urbanos.

OBJETIVOS: Apresentação e discussão do PL 3.057/2000 estabelecendo que para o registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por lei municipal, não há necessidade de aprovação, da documentação, por outro órgão, alterando a Lei Federal 6.766 de 1979.

PÚBLICO-ALVO: Sindicatos ligados a área imobiliária, Prefeituras Municipais, Movimentos Nacionais de lutas pela moradia, entidades populares e Ministérios.

RESULTADOS: apresentado o substitutivo do relator ao PL 3.057/2000 e discutido com diversos segmentos sociais ligados ao tema, pôde-se constatar os pontos do projeto que carecem de maior atenção e conseqüente readequação à realidade.

5) “Discussão da atual situação orçamentária, operacional e de gestão dos metrô de Fortaleza, Belo Horizonte, Salvador e Recife”

DATA: 19/10/05

PARTICIPANTES:

- Deputado Inácio Arruda, membro da CDU e autor do requerimento da realização desta audiência;
- João Luiz Dias, Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos; João Luiz da Silva Dias, Wagner Fajardo Pereira;
- Wagner Fajardo, Presidente da Federação Nacional dos Metroviários;
- Rômulo dos Santos Fortes, Secretário de Infra-Estrutura do Governo do Ceará;
- Sérgio Nogueira Machado, Diretor-presidente da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor); Emanuel Melo Paes Barreto, Subsecretário de infra-estrutura do Estado de Pernambuco
- Daniel Sigelmann, da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda;
- João Afonso Baeta Costa Machado, representante da Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Governo de Minas Gerais, Arnaldo Fernandez, representante do SINDIFERRO - BA; e
- Luiz Flavio Bhering de Carvalho, representante do Ministério do Planejamento.

OBJETIVOS: discussão sobre a regionalização e descentralização da administração do sistema metroviário, proposta pelo Governo, como principal alternativa para a modernização do setor.

PÚBLICO-ALVO: parlamentares, Prefeitos, Governos e Secretarias de Transportes Estaduais, Superintendências de Trens Urbanos, Sindicatos de Metroviários.

RESULTADOS: sensibilizar o governo para as reivindicações dos metroviários.

6) “Discussão do Projeto de Lei nº 889/03, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica gratuita ao projeto e construção de moradia econômica”

DATA: 29/11/05

PARTICIPANTES:

- Deputado Zezéu Ribeiro, membro da CDU e autor do requerimento da realização desta Audiência;
- Raquel Rolnik, Secretária Nacional de Programas Urbanos;
- Clóvis Marcelo Dias Bueno, representante da Caixa Econômica Federal;
- Ângelo Marcos Vieira de Arruda, Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos,
- Josiany Nara Vieira Brandt Nardelli, representante do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA; e
- Regina Fátima Ferreira, representante da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE.

OBJETIVO: concluir uma série de discussões ocorridas em todo o País, com a realização de 15 seminários regionais, tendo culminado com a realização do “I Seminário de Assistência Técnica, um direito de Todos: Construindo uma Política Nacional”, realizado em Campo Grande/MS, em outubro de 2005.

PÚBLICO-ALVO: Parlamentares, movimentos populares pró-moradia, arquitetos, engenheiros, prefeituras municipais.

RESULTADOS: urgência de um plano nacional de moradia econômica, oferecendo assistência técnica

nas áreas de engenharia e arquitetura para a população carente. Destaca-se que a moradia é um direito social previsto pela Constituição Federal.

7) “Saneamento Básico, com enfoque nos Sistemas de Coleta de Esgoto à Vácuo”

DATA: 07/12/05

PARTICIPANTES:

- Deputado Julio Lopes, Presidente da CDU e autor do requerimento da realização desta Audiência;
- Morten Kalleberg Breiby, representante da Norbra Construção e Empreendimentos Ltda;
- José Raimundo Machado, Diretor do Departamento de Engenharia da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA; e
- Cezar Eduardo Scherer, Diretor do Departamento de Água e Esgoto do Ministério das Cidades.

OBJETIVOS: recolher sugestões e elementos necessários para a construção de uma solução que ofereça saneamento digno e de qualidade para todos, como a adoção da tecnologia de coleta de esgoto a vácuo.

PÚBLICO-ALVO: Parlamentares, Ministérios da Saúde e das Cidades, Caixa Econômica Federal, Iniciativa Privada.

RESULTADOS: subsidiar os parlamentares e o Governo Federal na deliberação do PL 5.296/05 (apensado ao PL 1.144/03) sobre o marco regulatório da política nacional de saneamento.

8) “As Cidades em harmonia com o transporte ferroviário de cargas: passagens em nível e invasões das faixas de domínio das ferrovias”

DATA: 14/12/05

PARTICIPANTES:

- Deputado Julio Lopes, Presidente da Comissão e autor do requerimento da realização desta Audiência;
- Renato Boareto, Diretor do Departamento de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades;
- Roberto Silva Acevedo, Consultor da Coordenação-Geral Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT;
- Armando Lauer, representante da Brasil Ferrovias S.A.;
- José Luiz Lopes Teixeira Filho, representante da Companhia Docas - Rio de Janeiro-RJ;
- Rodrigo Otaviano Vilaça, Diretor Executivo da Associação Nacional de Transporte Ferroviário - ANTF;
- José Augusto Da Fonseca Valente, Secretário de Política Nacional de Transportes - Ministério dos Transportes.

OBJETIVOS: Ações conjuntas dos setores público e privado para discutir e viabilizar melhorias nas condições de segurança nas áreas urbanas limítrofes das ferrovias.

PÚBLICO-ALVO: Autoridades portuárias e ferroviárias, Ministérios do Transporte e das Cidades, parlamentares.

RESULTADOS: necessidade em adotar parcerias com o Ministério das Cidades, Ministério dos Transportes, prefeituras e usuários, de forma que todos os envolvidos participem da solução e se responsabilizem pela manutenção da malha ferroviária.



Seminário Internacional Legislação e Gestão Urbana

A Comissão de Desenvolvimento Urbano juntamente com a Caixa Econômica Federal, o Ministério das Cidades, o Lincoln Institute of Land Policy, a Frente Nacional de Prefeitos e a Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana, realizou nos dias 01 e 02 de junho de 2005, o “Seminário Internacional de Legislação e Gestão Urbana”, que contou com a **participação de 1300 inscritos**. O evento reuniu parlamentares federais, estaduais e municipais, assessores legislativos, autoridades e técnicos para conhecer e debater as possibilidades de aplicação do novo ordenamento legal brasileiro sobre a questão urbana, bem como, compartilhar relevantes experiências internacionais em planejamento e gestão de cidades.

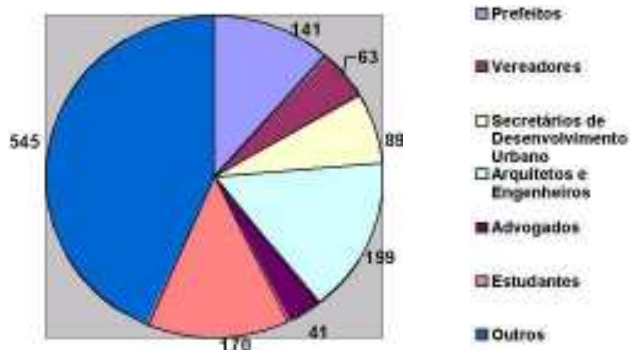


VI Conferência das Cidades

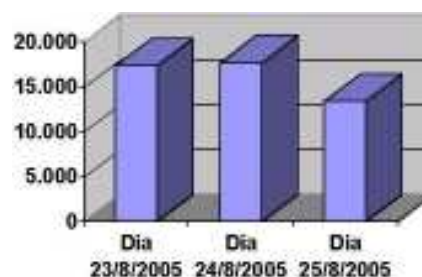
Nos últimos cinco anos, a CDU vem realizando com sucesso os eventos denominados Conferência das Cidades. Esse sucesso, sempre contando com a participação dos cidadãos e dos principais públicos interessados no desenvolvimento urbano de nosso país - como prefeitos, parlamentares, representantes da sociedade organizada, acadêmicos, especialistas em urbanismo e estudantes -, deve-se ao fato de que a Conferência das Cidades constitui importante canal de participação social e já consolidou-se na agenda nacional como o espaço anual de debate das grandes questões urbanas.

Em 2005, a VI Conferência das Cidades trouxe dois temas prioritários: a regularização fundiária - que foi discutida pelo parlamento na forma do PL 3.057/00, sobre parcelamento de solo urbano -, e a política nacional de saneamento ambiental - proposição proveniente do Executivo que está sendo discutida na forma do PL 5.296/05. O evento, que contou com 1248 inscrições, teve a participação confirmada de 731 pessoas.

Público inscrito na VI Conferência das Cidades



Fluxo de entrada na VI Conferência das Cidades



Casa 1.0



A casa 1.0, uma analogia ao carro 1.0, é um sistema construtivo baseado em blocos de cimento pré-moldados de diversos tamanhos. A idéia é aproveitar materiais da região e a mão-de-obra local para desenvolver uma habitação, de baixo custo - R\$14.000 e de rápida construção - 3 operários montam a casa em 20 dias. A cozinha é vizinha da área de serviço que é vizinha do banheiro, então, há apenas uma parede hidráulica, o que facilita a construção. O chuveiro, grande vilão da despesa em eletricidade, é substituído por um à gás ou energia solar. A casa 1.0 foi construída em frente

ao Anexo IV da Câmara dos Deputados durante a VI Conferência das Cidades para demonstrar que há diversas soluções para diminuir o déficit habitacional.

Site CDU



A CDU foi uma das primeiras comissões a desenvolver seu sítio na Internet no novo formato disponibilizado pela Câmara dos Deputados. Assim, ficou mais célere a divulgação de proposições e pareceres, bem como a prestação de informações por meio da atividade jornalística desenvolvida pela Comissão. Também foi criado um canal direto com os cidadãos por meio de enquetes e de fóruns de discussão on-line. Assim, a CDU insere-se no ciberespaço de modo a possibilitar a participação popular e, com isso, gerar transparência e legitimidade a suas ações.

Galeria dos Urbanistas



A fim de prestar homenagem aos grandes urbanistas brasileiros, a CDU criou, por meio da fixação de pequenos quadros junto à parede externa da própria secretaria da Comissão, a Galeria dos Urbanistas. A pesquisa sobre os nomes dos urbanistas foi encomendada à Consultoria Legislativa que, em levantamento realizado, chegou a aproximadamente 40 nomes de notória atuação nacional. A iniciativa vai ao encontro da realização de um Parlamento democrático, que preza pela participação de todos os segmentos da sociedade.

Concurso Público Selo Cidade Cidadã



A fim de propiciar aos senhores deputados condições de avaliar as melhores práticas em políticas urbanas e sugerir ao Poder Executivo a replicabilidade das mesmas, foi criado o concurso público 'Selo Cidade Cidadã', a ser conferido anualmente a Municípios e Estados da Federação que se destacarem no implemento de políticas públicas de desenvolvimento urbano. Nesta primeira edição, o tema escolhido foi *Políticas Habitacionais*. Mais de 100 (cem) municípios participaram da primeira edição do concurso.

Radionovela Cidade Legal



Para facilitar o entendimento do Estatuto da Cidade pela população menos escolarizada, foi criada uma radionovela em linguagem simples, com personagens e diálogos inseridos em contextos próximos à realidade do povo brasileiro. Dividida em oito capítulos, a radionovela Cidade Legal foi distribuída às rádios de todo país e, certamente, contribuiu para a divulgação, entendimento e aplicação da nova ordem que, fundada no princípio da função social da propriedade, pretende garantir o direito a cidades sustentáveis, compreendido como o direito de todos à terra urbana, à moradia, ao saneamento, à infra-estrutura, ao transporte e aos serviços públicos.

Atividades Jornalísticas e Assessoria de Imprensa

Responsáveis: Mariana Muller e Aluizio Hamann

Função: Comunicação interna e externa da divulgação dos trabalhos desta comissão.

Jornal: Foram elaborados 12 informativos “**Cidade em Pauta**” no ano de 2005, distribuídos nas reuniões ordinárias e para todas as prefeituras do Brasil, via e-mail e correio.

Os destaques do “Cidade em Pauta”:

- Matéria: **CDU VISITA FAVELA DO ARARÁ.** Em março, os deputados membros da CDU participaram de uma vistoria na Favela do Arará, no Rio de Janeiro, para averiguar denúncias feitas pela companhia MRS Logística e pelos sindicatos de trabalhadores portuários sobre a população das favelas do Arará que estão em área de risco, próximas a linha ferroviária.

- Matéria: **CUSTO DE TRANSPORTE COLETIVO É ASSUNTO DA CDU.** Em maio, o tema em pauta foi a melhoria do transporte público urbano e barateamento das tarifas. A comissão realizou diversas reuniões com prefeitos de todo país.

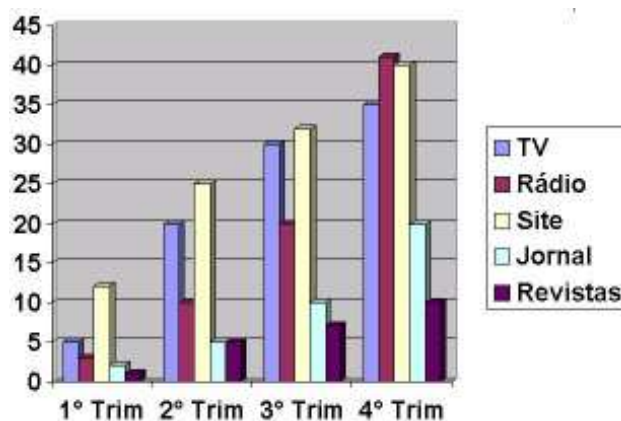
- Matéria: **CDU DISCUTE PROJETO DE SANEAMENTO.** Em junho, esta comissão realizou uma audiência pública para tratar do projeto de Lei 5296/05, que prevê universalização do saneamento básico, definindo diretrizes e metas para os serviços de saneamento em todo o País.

- Matéria: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LEGISLAÇÃO E GESTÃO URBANA.** Ainda em junho, a comissão realizou o Seminário Internacional Legislação e Gestão Urbana. Com base nos instrumentos jurídicos, administrativos ou urbanísticos incorporados pela nova legislação, o seminário tratou das possibilidades de aplicação da legislação brasileira sobre a questão urbana.

- Matéria: **CONFERÊNCIA IRÁ REUNIR ESPECIALISTAS EM REFORMA URBANA.** Em agosto, a CDU realizou um importante seminário que contou com a parceria Ministério das Cidades, Frente Nacional de Prefeitos, Caixa Econômica Federal, Associação de Cimento Portland e Sindicato da Habitação SECOVI-RJ. A VI Conferência das Cidades - A Reforma Urbana é uma Realidade Legal atraiu um público significativo e reuniu o maior número de personalidades política do ano. O evento colocou na pauta das discussões a questão da Regularização Fundiária, do Parcelamento do solo urbano, da Política Nacional de Saneamento Ambiental, Habitação Popular, Transporte Coletivo e Acessibilidade e Gestão Democrática das Cidades .

- Matéria: **APROVADO PROJETO QUE PREVÊ REGULARIZAR O SOLO URBANO.** Em novembro, a comissão aprovou o projeto de lei 3057/00, que prevê normatizar a regularização fundiária urbana e o parcelamento do solo. Após vinte e cinco anos em discussão o projeto foi aprovado por unanimidade.

Assessoria de Imprensa: ao longo deste ano, o trabalho da assessoria de imprensa cresceu significativamente. Tanto na divulgação das atividades do Presidente como na valorização dos trabalhos dos membros da CDU. No primeiro semestre foi realizado um trabalho de divulgação voltado para os eventos da agenda da CDU. No segundo, a divulgação concentrou os trabalhos na aprovação do projeto de lei 3057/00. Alguns dados:



- A situação da Favela do Arará que rendeu uma matéria de capa do caderno Rio do jornal O Globo.
- O Seminário de Gestão de Legislação Urbana que totalizou 50 matérias nos veículos de comunicação brasileiros.
- O projeto 3057/00, que trata da regularização do solo urbano, alterando a Lei 6766/79, que totalizou 90 matérias dos veículos de jornais, revistas, sites e rádios ao longo da sua tramitação nesta comissão.
- A 6ª Conferência das Cidades projetou a comissão como um dos eventos de maiores destaques na mídia. Totalizou 200 matérias.